



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO-SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/PMMA/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 77/PMMA/2025

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 636/2025

RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO

ENDEREÇO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO: e-mail cpl@ministroandreazza.ro.gov.br
PERÍODO DE RECEBIMENTO: A solicitação de credenciamento ficará em aberto pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de publicação deste Edital
Esclarecimento pelo e-mail cpl@ministroandreazza.ro.gov.br Telefone: (69) 992262378

O **MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA**, Inscrição no CNPJ sob nº 63.762.074/0001-81, através do seu Prefeito, representado neste ato pelo Sr. **JOSÉ ALVES PEREIRA**, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas prestadora de **Serviços Médicos em Clínica Geral e Especialistas em Ginecologista, Ortopedista e Ultrassonografia**, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 14.133, de 2021, com as alterações posteriores, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Municipal nº 2.195 de 08 de julho de 2021 (Institui o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as empresas de pequeno porte e micro empresas na licitações no âmbito municipal e dá outras providências), Lei Municipal nº 2.399 de 03 de abril de 2023 (Regulamenta sistema o sistema contratação de médicos nas especialidades ginecologista e ultrassonografista, na unidade mista de saúde (hospital municipal) do Município de Ministro Andreazza/RO mediante Credenciamento por chamamento público e dá outras providências), nº 6.765/2025 (Dispõe sobre o procedimento auxiliar no credenciamento previsto no Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da autarquia do Município de Ministro Andreazza e dá outras providências), Decreto Municipal nº 6.228/2023 (Que dispõe sobre a titularidade do imposto sobre a renda retido na fonte pelo Município de Ministro Andreazza, aprova a instrução normativa do sistema de contabilidade nº 005/2024-SCO). Bem como as condições estabelecidas neste Edital.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Credenciamento de Pessoa Jurídica especialista na prestação de Serviços Médicos em Clínica Geral e Especialistas em Ginecologista, Ortopedista e Ultrassonografia, para atender ao Fundo Municipal de Saúde/SEMSAU de Ministro Andreazza-RO em suas unidades de saúde, conforme autorizado através da Lei Municipal Nº 2.399/PMMA/2023 e demais legislação aplicáveis.

1.2 O Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de publicação.

1.2.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO poderá a qualquer tempo, motivadamente adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

1.2.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.2.3 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

2. DO OBJETO

2.1 Chamamento Público para Credenciamento de Empresa prestadora de Serviços Médicos especializados, conforme especificações, quantitativo e valores descritos abaixo:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO-SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreaZZa.ro.gov.br

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Prestação de Serviços Médicos - Ginecologista	HORAS	624	R\$ 182,00	R\$ 113.568,00
02	Prestação de Serviços -Médicos - Ortopedista	HORAS	624	R\$ 185,12	R\$ 115.514,88
03	Prestação de Serviços Médicos - Ultrassonografia	HORAS	624	R\$ 160,00	R\$ 99.840,00

O valor total da contratação é de R\$ 328.922,88 (Trezentos e vinte e oito mil, noventa e dois reais e oitenta e oito centavos).

2.2 A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I Termo de Referência deste Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.1.1 Conforme Art. 199 § 1º da Constituição Federal de 1988 será dada preferência no Credenciamento para entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

3.1.2 Não poderão participar do presente chamamento os interessados que estiver a sanção prevista no inciso III, IV e V do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2 só poderão participar do credenciamento, Pessoa Jurídica em Consórcio que obedeçam os dispositivos constante do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei nº 8.080/90) e Portaria nº 2.567 de 25 de novembro de 2016 do Ministério da Saúde.

3.3 Não existe impedimento para que sejam credenciadas mais de uma empresa, para prestação de serviço para a mesma demanda, durante a vigência deste chamamento, desde que comprovem corpo clínico suficiente para execução dos serviços.

3.3 Os interessados poderão solicitar o Credenciamento, a qualquer tempo, a partir da publicação deste Chamamento Público, desde que cumpridos todos os requisitos e durante a vigência do presente Termo de Chamamento Público, sendo suas inscrições proporcionalmente adequadas ao período remanescente de vigência do credenciamento.

3.4 Não poderão participar empresa cujo dirigente ou administrador seja servidor ou possua cargo dentro do Sistema Único de Saúde SUS, em conformidade ao disposto no Parágrafo primeiro do Art. 9º da Lei nº.14.133/2021;

3.5 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 8.3 deste Edital.

3.6 Os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma scaneadas.

3.7 Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.

3.8 Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem de validade, os demais documentos deverão sem apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.

3.9 Não poderão participar do credenciamento empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas para contratar com a administração pública direta ou indireta federal, estaduais ou municipais, ou punidas com suspensão temporária.

3.10 A Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO poderá a qualquer tempo, motivadamente adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

3.11 A Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO poderá a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente Termo de Referência e no ETP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Descrição Geral dos serviços: Os profissionais médicos prestarão os serviços em âmbito hospitalar/ambatório no município de Ministro Andreazza, a contratação exigirá que os prestadores de serviço (pessoas jurídicas credenciadas e seus profissionais) atendam aos seguintes requisitos:

4.1.1 A Pessoa Jurídica deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira conforme exigido na fase de habilitação.

4.1.2 Os profissionais indicados pela Pessoa Jurídica deverão possuir a qualificação técnica e a experiência necessárias para a prestação dos serviços, conforme comprovado pela documentação exigida para habilitação técnica.

4.1.3 Os profissionais disponibilizados pela credenciada prestarão serviço conforme escala de trabalho previamente definida e deverão atuar em regime de plantões/turnos a serem realizados nas unidades de saúde indicadas pela Secretaria



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandrezza.ro.gov.br

Municipal de Saúde.

- 4.1.4 Os profissionais seguirão rigorosamente as escalas previamente definidas pela diretoria técnica do hospital, que serão distribuídas em jornadas, conforme a necessidade da administração nos períodos diurnos, de segunda a sexta nos 5 dias da semana.
- 4.1.5 Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- 4.1.6 Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- 4.1.7 Encaminhar, quando necessário a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles
- 4.1.8 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as normas e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde, do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Ministério da Saúde;
- 4.1.9 Indicar de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;
- 4.1.10 Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;
- 4.1.11 Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do atendimento;
- 4.1.12 A empresa contratada obriga-se a executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 4.1.13 Notificar a Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
- 4.1.14 Não transferir a outrem o objeto do Contrato;
- 4.1.15 Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato;
- 4.1.16 Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
- 4.1.17 Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- 4.1.18 **Médico Ortopedista Ambulatorial:**
- 4.1.19 Diagnóstico e Avaliação Clínica:
- 4.1.20 Realizar anamnese detalhada para coletar informações sobre o histórico médico do paciente, sintomas, duração da dor e limitações funcionais.
- 4.1.21 Efetuar exame físico completo, incluindo avaliação de amplitude de movimento, força muscular, sensibilidade, postura e marcha.
- 4.1.22 Solicitar e interpretar exames complementares como radiografias, ressonâncias magnéticas, tomografias computadorizadas, ultrassonografias e exames laboratoriais para confirmar diagnósticos ou investigar causas.
- 4.1.23 Tratamento Conservador:
- 4.1.24 Prescrever medicamentos para alívio da dor, inflamação ou outras condições (anti-inflamatórios, analgésicos, relaxantes musculares, etc.).
- 4.1.25 Indicar e orientar sobre a utilização de órteses, talas, muletas ou outros dispositivos de apoio.
- 4.1.26 Encaminhar para sessões de fisioterapia, reabilitação, terapia ocupacional ou outras modalidades de tratamento não cirúrgico.
- 4.1.27 Realizar infiltrações articulares ou periarticulares com corticosteroides, ácido hialurônico ou outros agentes para aliviar a dor e a inflamação.
- 4.1.28 Aplicar técnicas como punções articulares para drenagem de líquidos ou alívio de pressão.
- 4.1.29 Acompanhamento e Monitoramento:
- 4.1.30 Monitorar a evolução do paciente ao longo do tempo, ajustando o plano de tratamento conforme necessário.
- 4.1.31 Orientar sobre exercícios domiciliares e mudanças no estilo de vida para prevenir a recorrência de lesões ou o agravamento de condições crônicas.
- 4.1.32 Indicação Cirúrgica e Encaminhamento:
- 4.1.33 Avaliar a necessidade de intervenção cirúrgica quando o tratamento conservador não é eficaz ou a condição do paciente exige.
- 4.1.34 Discutir as opções cirúrgicas com o paciente, explicando os riscos, benefícios e o processo de recuperação.
- 4.1.35 Encaminhar o paciente para o ortopedista cirurgião especialista na área específica, caso necessário, e manter a comunicação com a equipe cirúrgica.
- 4.2 **Médico Ginecologista:** Profissional da medicina habilitado para diagnosticar, prevenir e tratar as doenças do aparelho reprodutor feminino, consultas médicas em ginecologia; nas unidades (ambulatoriais e emergenciais) de saúde do município.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandrezza.ro.gov.br

- 4.2.1 Utiliza os protocolos do Ministério da Saúde e protocolos Municipais;
- 4.2.2 Realiza registro em sistemas de informação ou prontuário físico conforme disponibilizado pelas unidades;
- 4.2.3 Examina pacientes, formulando diagnósticos, prescrever e realizar tratamentos clínicos, cirúrgicos e de natureza profilática relativo a sua especialidade médica;
- 4.2.4 Emite guias de internação e referenciar pacientes, encaminhando-os às Unidades especializadas, se assim se fizer necessário;
- 4.2.5 Encaminha casos dentro das determinações da Secretaria Municipal da Saúde e participar dos programas preventivos e de orientação à mulher;
- 4.2.6 Presta atendimento integral a pacientes ambulatorial na área de ginecologia;
- 4.2.7 Presta o devido atendimento às pacientes encaminhadas por outro profissional;
- 4.2.8 Participa de Junta Médica quando convocado;
- 4.2.9 Realiza procedimentos específicos tais como: Colonoscopia, cauterização de colo uterino, DIU, implante contraceptivo e entre outros;
- 4.2.10 Coordena, supervisionar e executar demais atividades qualificadas na área de ginecologia e;
- 4.2.11 Executa outras tarefas correlatas ao cargo conforme estabelecido em escala de trabalho.
- 4.3 **Médico Ultrassonografia:** Profissional da medicina que trabalha como profissional de imagens médicas e fornecem as imagens solicitadas pelos médicos para facilitar o diagnóstico e tratamento dos pacientes.
- 4.3.1 Realiza obtenção de imagens em ultrassonografia geral;
- 4.3.2 Os profissionais médicos contratados para realização de serviços especializados em ultrassonografia deverão realizar no mínimo 20 exames de ultrassom em escala de plantões 12 hrs diurnas;
- 4.3.3 Realiza exames de ultrassonografia previamente agendados pela rede municipal de saúde;
- 4.3.4 Realiza exames de ultrassonografia originados por urgência encaminhados pelas Unidades de assistência à saúde do município;
- 4.3.5 Responsabiliza-se tecnicamente por exames ultrassonográficos executados, incluindo a análise dos resultados e confecção dos respectivos laudos;
- 4.3.6 Atendimento a reações adversas e intercorrências relacionadas à atividade;
- 4.3.7 Realiza ultrassonografia tais como: abdominal total adultos, de rins e vias urinárias adultos, abdome superior, de próstata via abdominal, obstétrico via abdominal; obstétrico endovaginal; obstétrico gemelar via abdominal; obstétrico c/ TN (translucência nugal); obstétrico morfológico primeiro e segundo trimestre; obstétrico com Doppler; de tireóide; de partes moles (pele e tecido subcutâneo);cervical; ginecológico via abdominal; de bolsa escrotal; pélvica transvaginal; pélvica transabdominal; Mamas; glândulas salivares; parótidas; abdominal total de crianças de 0 12 anos; de rins e vias urinárias de crianças de 0 12 anos; de tireoide com Doppler; de articulações (ombro, cotovelo, punho, joelho e tornozelo);canal inguinal bilateral; parede abdominal; carótidas e vertebrais; de pé ou mão; doppler venoso de um membro inferior; doppler arterial de um membro inferior; doppler venoso de um membro superior; doppler arterial de um membro superior; pélvica transvaginal do Doppler;
- 4.3.8 Participa e ou colabora com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades institucionais;
- 4.3.9 Executa tarefas afins.
- 4.3.10 Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- 4.3.11 Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- 4.3.12 Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles;
- 4.3.13 Indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar, mantendo o acompanhamento do usuário;
- 4.3.14 Contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe;
- 4.3.15 Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento do atendimento;
- 4.3.16 Notificar à Administração, através da Secretaria de Saúde, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
- 4.3.17 Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato; Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente; Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- 4.3.18 A empresa contratada obriga-se a executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIADO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO-SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreaZZa.ro.gov.br

- 5.1 Poderão participar do presente Credenciamento os interessados que explorem o ramo de atividades indicadas no Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento.
- 5.2 Conforme Art. 199 § 1º da Constituição Federal de 1988 será dada preferência no Credenciamento para entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- 5.3 Não poderão participar do presente chamamento os interessados que estiver a sanção prevista no inciso III, IV e V do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.4 Não poderão participar empresas que estejam impedidas de participar de licitação nesta Prefeitura.
- 5.5 Não poderão participar empresas que tenha sido declarada inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual e municipal ou distrito federal, ou punidas com suspensão temporária. Ou que estejam em regime de falência.
- 5.6 Não poderão participar empresa cujo dirigente ou administrador seja servidor ou possua cargo dentro do Sistema Único de Saúde SUS, em conformidade ao disposto no Parágrafo primeiro do Art. 9º da Lei nº.14.133/2021;
- 5.7 No presente Credenciamento é vedada a participação de empresas em consórcio.
- 5.7.1 A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.
- 5.7.2 Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.
- 5.8 Não existe impedimento para que sejam credenciadas mais de uma empresa, para prestação de serviço para a mesmo objeto, durante a vigência deste chamamento, desde que comprovem corpo clínico suficiente para execução dos serviços.
- 5.9 O mesmo interessado poderá, quando couber, ser credenciado novamente para executar mais de um objeto, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.
- 5.12 Não existe impedimento para que a empresa credenciada e/ou contratada altere a relação dos profissionais, porém deverá justificar e apresentar à documentação de habilitação jurídica exigida.
- 5.13 Os interessados poderão solicitar o Credenciamento, a qualquer tempo, a partir da publicação deste Chamamento Público, desde que cumpridos todos os requisitos e durante a vigência do presente Termo de Chamamento Público, sendo suas inscrições proporcionalmente adequadas ao período remanescente de vigência do credenciamento.
- 5.14 Não poderão participar empresa cujo dirigente ou administrador seja servidor ou possua cargo dentro do Sistema Único de Saúde SUS, em conformidade ao disposto no Parágrafo primeiro do Art. 9º da Lei nº.14.133/2021;
- 5.15 A Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO poderá a qualquer tempo, motivadamente adiar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.
- 5.16 A Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO poderá a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente Termo de Referência e no ETP.

6. DA TRANSPARÊNCIA

- 6.1 O presente Edital será divulgado na íntegra no sítio eletrônico oficial do Município de Ministro Andreazza/RO e podendo ser retirado na Comissão Permanente de Licitação-CPL situada na Av. Pau Brasil, Nº. 5577, Bairro Centro, Ministro Andreazza/RO no horário das 07h00min às 13h00min.

7. FORMA DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no site do município. As informações complementares, o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Comissão Permanente de Licitação - CPL da Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO ou através do endereço eletrônico [Portal Transparência](#) a partir da publicação do mesmo.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 8.1 Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados na forma digital PDF no e-mail cpl@ministroandreaZZa.ro.gov.br, no horário das 07h00min às 13h00min.
- 8.1.1 Os documentos extraídos pela internet estão sujeitos à verificação de autenticidade pela Comissão.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandrezza.ro.gov.br

8.1.2 As informações prestadas pelos interessados são de sua inteira responsabilidade

8.3 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3.1 PARA CREDENCIAMENTO DEVERÁ APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS

- a) Requerimento para credenciamento;
- b) Declaração de idoneidade;
- c) Declaração de sujeição às condições estabelecidas no Edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;
- d) Declaração de não existência de trabalhadores menores;
- e) Declaração de não parentesco;
- f) Cópias da CI/RG e CPF/MF do (s) sócio (s) gerente(s);
- g) Cópia do CNPJ da empresa, com ramo de atividade em prestação de Serviços médicos,
- h) Cópia (s) autenticada (s) do Contrato Social e suas alterações;
- i) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa;
- j) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- k) Certidão Negativa perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);
- l) Certidão Negativa de Débitos da Falência ou concordata expedida pelo Distribuidor de onde se localiza o interessado não sendo aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 60 (sessenta) dias contados da efetiva pesquisa do cartório em relação à data desta chamada pública.
- m) Apresentar Declaração de que, caso ocorra credenciamento da empresa, apresentará documento e requisitos necessários para o devido cadastro junto ao CNES no prazo de 10 (dez) dias após assinatura do contrato.
- n) Comprovação de corpo clínico suficiente para o atendimento da demanda, inclusive para suprir ausências e/ou substituição de profissionais

8.4 A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS

- a) Cédula de Identidade (RG);
- b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) Cédula de Identidade Profissional (CRM,);
- d) Certidão negativa do Conselho de Classe, no tocante a anuidade e a existência de penalidades do exercício da profissão;
- e) Certidão de ação cível junto a Justiça Estadual do domicílio em que o profissional reside;
- f) Certidão de antecedentes criminais junto a Justiça Estadual do domicílio em que o profissional reside;
- g) Certidão de antecedentes criminais junto a Justiça Federal do domicílio em que o profissional reside;
- h) Diploma de Graduação, registrado no Conselho competente;
- i) Registro de Qualificação do Especialista - RQE ou Conclusão de Residência para todas as especialidades (ginecologista, ortopedista, ultrassonografista).
- j) Certificado de conclusão de pós graduação e/ou declaração/documento que comprove a experiência profissional em outras áreas para os profissionais médico clínico geral que pretendam trabalhar de acordo com sua experiência profissional;
- l) Documento de comprovação de transferência de inscrição do Conselho Regional Medicina CRM, para atuação em Rondônia.
- m) Declaração de disponibilidade de vínculo do CNE'

8.4 Deverá ser entregue na Comissão Permanente de Licitação, podendo a Comissão convidar outras autoridades para auxílio do exame.

8.5 É facultada à Comissão Permanente de licitação durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários.

8.6 Não será considerado credenciado, para efeito deste edital, a critério da Comissão Permanente de Licitação, aquele que deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentá-la com vícios, defeitos ou contrariando qualquer exigência contida neste instrumento.

8.7 Serão credenciados todos os interessados que atendam às condições do edital de chamamento no momento da análise da documentação.

8.8 Os documentos que não tragam seus prazos de validade expresso, só poderão ser aceitos se não ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandrezza.ro.gov.br

8.9 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.10 Deste chamamento público resultarão pessoas jurídicas credenciadas, que firmarão contratos com o Município de Ministro Andrezza, com base no art. 106 da Lei Federal nº 14.133/21 que terá vínculo a este Termo com suas Cláusulas e Minutas, aos documentos apresentados pelos proponentes do Credenciamento.

8.11 Todas as empresas interessadas serão credenciadas desde que atendam os critérios exigidos e serão convocadas para firmar contrato com administração conforme necessidade, sendo que a quantidade de turnos contratados será definida pela Secretaria Municipal de Saúde, seguido os critérios de distribuição da demanda.

8.12 Uma vez ratificado o Credenciamento, a autoridade competente expedirá o ato de autorização respectivo para publicação.

9. DA ORDEM DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 A convocação talvez não ocorra de forma simultânea e imediata entre todos os credenciados, devido a capacidade instalada na Unidade Mista de Saúde de Ministro Andrezza/RO.

9.2 O critério para contratação, seguirão os requisitos definidos no Decreto Regulamentar nº 6765/2025 e de acordo com os critérios de distribuição da demanda citados no ETP.

9.3 Na hipótese de que trata o inciso I do caput do art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2001, o critério de escolha dos credenciados a que se refere o artigo 48 do Decreto Regulamentar nº 6.155/2023 e Decreto nº 6765/2025, deverá resguardar a devida rotatividade e será preferencialmente o sorteio, salvo justificativa que demonstre a existência de outro critério objetivo mais apropriado.

9.4 As demandas, se distintas, serão apresentadas em listas específicas por objeto a ser contratado, seguindo numeração iniciada no primeiro sorteio do exercício.

9.5 As demandas, cuja contratação for definida pelo órgão ou entidade contratante, deverão ter sua execução iniciada conforme disposição no edital de credenciamento, sob pena do estabelecimento das sanções previstas no art. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 Os profissionais disponibilizados pela empresa credenciada deverão prestar os serviços de forma presencial, conforme escala de trabalho previamente definida pela Secretaria Municipal de Saúde. As atividades serão realizadas em regime de plantões ou turnos, com carga horária semanal de 12 horas, totalizando 624 horas anuais por profissional, conforme a necessidade da Rede Municipal de Saúde.

10.2 A prestação dos serviços ocorrerá nas unidades de saúde indicadas pela Secretaria, sendo imprescindível o cumprimento da carga horária estabelecida para cada especialidade.

11. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 O prazo mínimo para a primeira sessão pública de abertura dos documentos de habilitação será de **08 (oito) dias** a partir da publicação deste edital e após a primeira sessão, a documentação será analisada no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do protocolo de entrega da documentação, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez.

11.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pelo Agente de Contratação e respectiva Equipe de Apoio, que registrará em ata e cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.

11.3 A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

11.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

12. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

12.1 Após a análise documental, a Comissão de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

12.2 O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Prefeito Municipal.

12.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento), quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

12.4 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico www.ministroandrezza.ro.gov.br.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO-SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreaZZa.ro.gov.br

13. DO CONTRATO

13.1 O Contrato terá vigência estabelecida em Termo de Referência, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no PNCP (Portal Nacional de Contas Pública).

13.2 A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

13.3 Os serviços deverão ser realizados no Município de Ministro Andreazza - RO, segundo os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.

13.4 A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

14. DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIO

14.1 O objeto deste certame, correrão a conta dos recursos expedidos e abaixo especificado:

Ação: 2.082 - Manter as Atividades da Média e Alta Complexidade - MAC Elemento: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Ação: 2.070 - Manter as Atividades das Unidades Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Ação:

1.977 - Garantir a Realização de Cirurgia Eletivas

Elemento: 33.90.39.00.00 - Outros serviços de Pessoa Jurídica

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Apresentação de documentos (contrato de prestação de serviço) que comprove a forma que se deu o vínculo entre ela e o profissional da saúde para fins de gestão e fiscalização contratual.

15.2 Executar os serviços nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

15.3 Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

15.4 Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

15.5 Prestar serviço de atenção à saúde com observância aos padrões estabelecidos ou recomendados pelos órgãos de classe e instituições de fiscalização profissional em geral, não praticando quaisquer tipos de discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas aos pacientes;

15.6 Atender a todos os pacientes no âmbito hospitalar e serviços de apoio ao diagnóstico, impreterivelmente às normas gerais de ação expedidas pela Direção Técnica;

15.7 Prestar esclarecimentos a qualquer tempo, quanto à prestação de serviços, a Secretaria Municipal de Saúde;

15.8 Desenvolver suas atividades profissionais de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

15.9 Preencher adequadamente todos os documentos constantes no prontuário e os demais solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, com letra legível, devidamente assinado e carimbado;

15.10 Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência, no caso de médicos;

15.11 Obedecer a escala de serviços predeterminada;

15.12 Atender os pacientes de forma ética e resolutive, privilegiando os casos de emergência/urgência;

15.13 Responsabilizar-se exclusivamente em relação a eventuais erros ou procedimentos irregulares praticados pelos profissionais do seu quadro de profissionais;

15.14 Preencher adequadamente todos os registros médicos, conforme procedimentos propostos pela administração imediatamente após a realização do procedimento ou tão logo sejam possíveis;

15.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, durante a execução do contrato;

15.16 Permitir ao Gestor e Fiscal do Contrato, pelo Município, a fiscalização da sua execução;

15.17 Participar de reuniões quando convocado;

15.18 Apresentar relação dos profissionais com toda documentação necessária e constante no Edital, principalmente aqueles relacionados à comprovação da experiência profissional, tais como a conclusão da residência médica ou o RQE, inclusive de profissionais "reserva" para substituição em casos de ausências, conforme item 8.3.1 alínea "n".

15.19 Manter responsabilidade ética, médica, legal e profissional dos atendimentos prestados;

15.20 Comunicar por escrito à Secretaria Municipal de Saúde, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com o equipamento ou com o pessoal para que a Administração possa tomar as providências necessárias;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO-SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandrezza.ro.gov.br

15.21 Atender às exigências estabelecidas no contrato e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados;

15.22 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo dos serviços executados;

15.23 Não transferir a terceiros, no total ou parcialmente as obrigações assumidas no contrato;

15.24 Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização- PNH;

15.25 Cumprir as normas internas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

15.26 Apresentar, mensalmente juntamente com a Nota Fiscal, relatório detalhado dos serviços/horas trabalhadas;

15.27 Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, através de ponto eletrônico ou folha de ponto, bem como as ocorrências nos locais de serviços, diligenciando para que os horários estabelecidos sejam rigorosamente cumpridos;

15.28 Permanecer (credenciado ou prestador de serviço) no local escalado durante todo o período do plantão.

15.29 A contratada ou seu preposto não terão permissão de adentrar nas unidades de acesso restrito (centro cirúrgico etc.) e unidade clínica do hospital, somente o profissional médico disponibilizado pela contratada. Em casos excepcionais com a devida ciência/autorização do servidor responsável pela unidade clínica do hospital poderá a contratada ter acesso, que deverá ser previamente solicitado.

15.30 Cumprir com as normativas acerca da proteção à saúde, segurança e higiene dos profissionais, em especial da Norma Regulamentadora (NR) Nº 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde (Portaria MTB nº 485/2005 e suas alterações);

15.31 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária, que resultem ou venham a resultar da execução do contrato a ser firmado entre as partes;

15.31.1 Obrigações e Encargos trabalhistas

a) Para o fiel cumprimento da legislação trabalhista, a administração pública exigirá documentação referente à comprovação da quitação das obrigações e da folha de pagamento, de forma mensal. Antes da realização de cada pagamento, o fiscal e/ou gestor do contrato solicitará da contratada os seguintes documentos, quando for o caso:

- Certidão Negativa de Débito do INSS;
- Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal);
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais (sede do município contratante), emitida pelos respectivos órgãos;
- Cópias da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), relativa ao mês anterior da prestação de serviço constante na fatura, exceto, se for para o recebimento do primeiro de serviço, caso em que será dispensada, sendo que no último mês do Contrato, o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços
- Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP e do pagamento de todos os encargos trabalhistas, sob pena de não atestação da fatura;
- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP, quando for o caso;
- A empresa prestadora deverá manter relatório detalhado das horas, contendo o nome dos prestadores de serviço, para que havendo necessidade componha o relatório descrito no item anterior.
- Demais documentos necessários à comprovação das obrigações citadas neste Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DIRETAMENTE RELACIONADAS AO PROFISSIONAL MÉDICO DISPONIBILIZADO PELA CREDENCIADA

16.1 Comparecer ao seu local de trabalho conforme escala pré-determinada e cumprir com demanda de exames de ultrassom, consultas médicas, visitas, estipulada para o dia e demais requisitos de acordo com cada especialidade.

16.2 As eventuais trocas de jornada e/ou escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) horas;

16.3 No caso de não haver troca oficial por opção das duas partes, a responsabilidade é do que estava escalado originalmente;

16.4 Cumprir com pontualidade seus horários e registrando a chegada e saída em ponto eletrônico ou folha de ponto;

16.5 Permanecer (o prestador de serviço) no local escalado durante todo o período necessário.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandrezza.ro.gov.br

16.6 Tratar com respeito e urbanidade os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais membros da equipe.

16.7 Acatar as deliberações da direção.

16.8 Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamentos para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;

16.9 Realizar ou supervisionar e interpretar exames radiológicos, bioquímicos, hematológicos e outros, empregando técnicas especiais ou orientando a sua execução para confirmação ou informação de diagnóstico;

16.10 Realizar avaliação tratamento de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico e encaminhar os pacientes para outras especialidades, quando necessário.

16.11 Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência.

17. PRINCÍPIOS DE QUALIDADE

17.1 O atendimento deverá ser humanizado e holístico, centrado no indivíduo e suas necessidades;

17.2 O médico deverá conhecer e aplicar todos os protocolos, bem como conhecer o funcionamento do sistema da Central de Regulação de Leitos;

17.3 O médico deverá conhecer os fluxos, processos e programas do Município;

17.4 O médico deverá manter o prontuário com todos os registros de forma adequada segundo os ditames técnicos e éticos. E preencher corretamente a autorização de Internação Hospitalar - AIH.

17.5 A prescrição de medicamentos deverá preferencialmente estar de acordo com a disponibilidade existente na assistência farmacêutica municipal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

18.2 Fornece e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

18.3 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas durante a prestação do serviço contratado;

18.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

18.5 Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência Administração, conforme Artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21;

18.6 A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/21;

18.7 Será realizado o desconto de Declaração de Renda Pessoa Jurídica (DIRPJ);

19. DO PRAZO

19.1 Os contratos serão conforme necessidade, sendo que o período de vigência dependerá da quantidade de empresas credenciadas, onde o prazo do contrato deverá ser menor ou igual que a vigência do procedimento, podendo ser prorrogado por igual período conforme art. 6º Lei Municipal nº 2.845/2022 e art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 podendo a Secretária de Saúde a seu critério, utilizar ou não a totalidade de horas/plantões estimados, sendo que a não utilização dos recursos previstos não gera qualquer direito ao contratado, seja de que natureza for inclusive indenizatório.

20. DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo setor competente da Administração. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de quadro detalhado dos serviços executados no mês.

20.2 Como condição indispensável para a liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de recolhimento dos encargos sociais obrigatórios (FGTS e INSS) relativos ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal.

20.3 A ausência da comprovação prevista no parágrafo anterior implicará a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito a indenização ou atualização monetária em razão do atraso.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreaZZa.ro.gov.br

20.4 Os pagamentos estarão ainda condicionados à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente. O pagamento observará a ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos, na categoria de contratos de prestação de serviços. A alteração na ordem cronológica poderá ocorrer mediante prévia justificativa e comunicação aos órgãos de controle.

20.5 É vedado à contratada cobrar quaisquer valores diretamente dos usuários pelos serviços prestados.

20.6 É vedado à contratada cobrar quaisquer valores diretamente dos usuários pelos serviços prestados.

21. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive seja inexecução, total ou parcial e ou das condições previstas neste Termo sujeitará a CREDENCIADA, na forma do disposto no ART. 156 da Lei Nº 14.133 de 2021, às seguintes penalidades.

21.1.1 Advertência;

21.1.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência, nos casos de inexecução parcial das obrigações, tais como: atendimento de usuários sem guia de encaminhamento (ressalvado os casos de urgências e emergências), e cobrança de quaisquer valores dos usuários, exceção aos casos previamente autorizados;

21.1.3 Em caso de inexecução total das obrigações e multas será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por ocorrência;

21.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Ministro Andreazza /RO, por não superior a 2 (dois) anos; e,

21.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

21.4 As sanções e multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções facultadas à defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da notificação.

21.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

21.6 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que em razão de contratos registrados por esta lei nº 14.133/21:

21.6.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

21.6.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

21.7 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que será assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa com os meios que lhe são inerentes.

21.8 O Valor da multa será descontado de pagamento eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

21.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza /RO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1 É vedado à contratada a subcontratação total do objeto deste objeto, ou a cessão ou transferência do contrato, ainda que parcial, para outras empresas, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir passível das cominações legais e contratuais.

23. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos ajustes, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma dos Art. 117 da Lei nº 14.133/21, e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97;

23.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios estabelecidos no presente Termo de Chamamento;

23.3 A conformidade dos serviços a serem prestados deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Chamamento;

23.4 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21;

23.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreaZZa.ro.gov.br

a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 139 e 155 da Lei 14.133/21, bem como as penalidades expressas no item 19 deste instrumento;

23.6 A fiscalização de que trata este item do presente Termo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/21;

23.7 Durante a vigência do contrato o fiscal poderá ser substituído, desde que justificado formalmente.

24. REAJUSTAMENTO/REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

24.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ocorrer por meio de **repactuação**, visto que se trata de contratação de serviços com predominância de mão de obra. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos. O prazo para resposta ao pedido de repactuação será preferencialmente de 1 (um) mês.

25. EXTINÇÃO DO CONTRATO

25.1 A extinção do contrato poderá ocorrer por diversas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo o não cumprimento das obrigações, razões de interesse público ou outras causas determinadas em lei. O contratado também terá direito à extinção do contrato em casos específicos previstos na lei.,

26. RECUSOS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

26.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de Chamamento Público por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, protocolando o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data limite para apresentação da documentação, se houver. A resposta será divulgada em site eletrônico oficial em até 3 (três) dias úteis.

26.2 Dos atos da Administração no Credenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, em face de ato que defira ou indefira pedido de inscrição em registro cadastral ou pré-qualificação (aplicável ao procedimento auxiliar). Da aplicação das sanções caberão recursos com prazos específicos.

26.3 O recurso e o pedido de reconsideração, quando cabíveis, terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 A empresa fica ciente que não poderá adentrar nas dependências do centro cirúrgico, salvo se o dono da empresa for o próprio o profissional que prestar o serviço for o próprio dono da empresa;

27.2 Os casos omissos no presente termo de referência serão analisados sob os aspectos da lei nº 14.133/21 e alterações posteriores através da comissão permanente de licitação do município de Ministro Andreazza/RO.

27.3 Integram esse Edital:

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

Ministro Andreazza, 03 de setembro de 2025

ANEXO I

Portal Transparência E ANEXOS



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO
[Portal Transparência](#)



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO–SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br

ANEXO III – REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO.

Pelo presente, vimos requerer inscrição no Credenciamento de Pessoa Jurídica da Área de Saúde, para Prestação de Serviços Médicos Complementares de Saúde, em caráter de plantonista a serem executados nos termos do Chamamento Público nº.XX /2025.

Razão Social:

Nome Fantasia: CNPJ:

Endereço Completo:

Telefone/Fax: E-mail:

Representantes Legais (conforme consta no Contrato Social/Estatuto em vigor): Nome: CPF nº:

Profissional Responsável:

Nome: CPF nº:

Especialidade:

Dados Bancários: Nome do Banco: XXXXXX Agência: XXXXXX C/C: XXXXXXXXXX

Descrever abaixo os serviços que se propõe a realizar, relacionar os procedimentos de acordo com os valores estabelecidos no Edital.

LOTE	ESPECIALIDADE	Quantidade	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		Mensal de horas		Mensal
			Total Anual	

Para todos os fins de direito, declaramos que:

Estamos cientes e concordamos com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público Nº.

XXXXXX/2025, inclusive quanto à forma de atendimento e tabela de preços.

Comprometemo-nos a fornecer a SEMSAU quaisquer informações ou documentos solicitados referentes aos serviços prestados aos beneficiários do SUS.

Temos o conhecimento de que nos é vedado cobrar honorários, a qualquer título, direta ou indiretamente dos beneficiários, pelos serviços prestados.

Informaremos de imediato, toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em nossos dados cadastrais. Para a análise e decisão sobre o referido credenciamento, anexamos à documentação exigida no Edital acima citado.

Local, de de 2025.

Nome e Assinatura do Representante Legal do Estabelecimento

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do cadastramento de pessoas jurídicas do Chamamento nº xxx, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza, através da Comissão Permanente de Licitação, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Local de de 2025.

Assinatura do Representante Legal do Estabelecimento com Carimbo do CNPJ (Em papel timbrado da empresa proponente)

ANEXO V



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO-SUPEL
Lei de Criação 372 – 13/02/92
webmail: cpl@ministroandrezza.ro.gov.br

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO Á HABILITAÇÃO

À empresa, CNPJ nº , estabelecida a (endereço completo), declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente chamamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações subsequentes.

Local de de 2025.

Assinatura do Representante Legal do Estabelecimento com Carimbo do CNPJ (Em papel timbrado da empresa proponente)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa, CNPJ nº , estabelecida á (endereço completo), declara para devido fins, pela Lei da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão e verdade, firmo a presente. Local

de de 2025.

Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO FUNCIONAL DA EMPRESA

A empresa, inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante o(a) Sr.

(a). , portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, DECLARA, que, não

possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Local e Data: , de 2025.

(Carimbo e assinatura do representante legal)

Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.